

## **Relação Entre Descentralização, Política Pública, Desenvolvimento Regional E Globalização**

Cláudio Machado Maia. Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS) e Mestre em Desenvolvimento Regional (UNISC). Professor Titular. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó e docente nos cursos de Ciências Econômicas, Direito e Arquitetura e Urbanismo – Chapecó, Santa Catarina, Brasil. E-mail: claudiomaia.dr@hotmail.com

### **Resumo:**

Este artigo é parte do resultado de pesquisa realizada no âmbito Programa ALFA II-0541-FA e la Red de Desarrollo Territorial e Integración Regional (ReDeTIR), onde destacam-se temas relacionados ao Desenvolvimento Territorial, à Governança e Integração Regional, a partir de uma perspectiva comparativa entre o MERCOSUL e a União Européia, com ênfase para as regiões desfavorecidas. Também é parte da Tese de Doutorado, onde foi refletido sobre a temática da descentralização, políticas públicas e o processo de desenvolvimento vis-a-vis um mundo cada vez mais globalizado, levando a considerar que desenvolvimento regional, assim como, as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. Onde tal crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do processo de desenvolvimento regional.

Palavras-chaves: participação social, desenvolvimento regional, autonomia, políticas públicas, mercado, globalização.

### **Abstract:**

Reflecting on the theme of decentralization , public policy and the development process vis-a-vis a world increasingly globalized leads to the conclusion that regional development, as well as the various regional development dynamics depend on a growing social organization of communities regional. And a growing social organization equates directly to a better political involvement in decisions and definitions of the directions of the regional development process.

Keywords: social participation , regional development, autonomy , public policy, market globalization.

Contribuindo para uma alternativa interpretativa sobre globalização, o estado e o processo de desenvolvimento, nesta reflexão considera-se que os estudos sobre globalização apresentam vastas perspectivas de interpretações e o caráter multifacetário das transformações observadas relacionadas com as diferentes associações entre mudanças globais e conseqüências locais. Cabe aqui esclarecer um pouco mais sobre este termo, sobretudo se considerar Machado (2003), quando afirma que “a palavra globalização converte-se num

termo adequado para designar de forma mais geral a uma força que atua em diferentes dimensões, superior a vontade dos atores individuais ou coletivos locais”.

Este processo de mudança tem sido modificado ao longo do tempo e adquirido diferentes significados. Conforme afirma Sztompka (1995), as sociedades antigas vivenciaram um completo mosaico de unidades sociais, que viviam frequentemente isoladas e eram extremamente diversificadas. Havia múltiplas entidades políticas separadas, que iam desde as hordas, as tribos, os reinos, os impérios, até a forma relativamente recente de dominação, que são os Estados-Nação. Havia economias independentes, fechadas, autárquicas, e variadas culturas indígenas que conservavam sua identidade única. A sociedade atual apresenta um quadro completamente diferente (SZTOMPKA, 1995, p.111-112). Neste ínterim, houve enorme processo de mudança, cujos pontos de intersecção, contato e ruptura local estão descritos ao longo da história da humanidade.

Por outro lado, Moreira (2006, p.17) descreve que,

Globalização é um conceito recente e polissêmico que, mau grado o vastíssimo e sempre crescente acervo bibliográfico que lhe é dedicado, está longe de se poder considerar consolidado e de aceitação universal. Neste texto globalização é entendida como o resultado de um processo dialético e desigual de compressão do espaço e do tempo (No sentido de Giddens (1992)) que envolve um sistema de forças muito diversificadas. Forças econômicas, sociais, políticas, ideológicas e até religiosas que, desde as últimas três décadas do século XX, vêm modelando e remodelando a divisão internacional de trabalho, favorecendo a acumulação de capital e promovendo a homogeneização dos comportamentos e dos consumos humanos ou a elas se opõem (MOREIRA, 2006, p.17).

Nesta perspectiva, no centro da globalização está o capital financeiro internacional – entendido em sentido lato como o conjunto das empresas transnacionais e as instituições financeiras com dimensão e âmbito de atuação transnacional – que desenvolve estratégias para adaptar os padrões de acumulação a condições geoeconômicas e geopolíticas em mudança acelerada num ambiente econômico de crescimento do poder de compra de parte significativa dos países e populações mais diretamente envolvidos pelos fenômenos acima descritos. Conforme Moreira (2006), embora a globalização tenha ambição planetária, tem sobretudo que ver com os países da tríade EUA, Europa Ocidental e Japão, deixando muitas áreas e populações mais pobres como meros sujeitos passivos ou completamente a parte das manifestações econômicas do fenômeno.

## **1. Globalização**

Globalização é uma palavra que possui diferentes significados, quer seja para estudiosos do assunto, quer seja para cientistas sociais, políticos, executivos, independentemente do contexto ou objetivos aplicados à utilização do termo. Entretanto, para muitos, sobretudo para os interessados na área econômica, significa a integração dos mercados.

No século XVIII, Adam Smith chamou de protecionistas as idéias do velho mercantilismo, as quais pretendiam restringir a entrada de produtos estrangeiros, entendendo que o comércio internacional aumentaria os mercados e daria eficiência aos países que se especializassem em certos produtos. A integração dos mercados é considerada como inevitável, por vir com uma onda de novas tecnologias. Por outro lado, a globalização também é afetada por opções que os países fazem – às vezes conscientes, às vezes acidentais. E, embora a mudança tecnológica aproxime as nações, as políticas escolhidas podem afastá-las.

A globalização atual não é inédita, e ela tem aumentado e diminuído ao longo dos anos à medida que as nações escolhem suas respectivas políticas.

A integração dos mercados, nada mais é do que a fusão de muitos em um só. A integração global dos mercados implica a eliminação das diferenças de preço entre os países, já que todos os mercados tornam-se um. Sugestivamente, um exercício de como acompanhar o avanço da globalização é verificando as tendências de semelhança de preços nos países.

Conforme Kishtainy (2013, p.229), a globalização só decolou realmente nos anos 1820, quando as diferenças de preço passaram a diminuir, o que foi causado por uma revolução nos transportes – com o advento dos navios a vapor e das ferrovias, a invenção da geladeira e a abertura do Canal de Suez – o que reduziu o tempo de viagem entre a Europa e a Ásia. Do século XX em diante o avanço tecnológico ajuda a integrar os mercados, fazendo com que a globalização parecesse irreversível (quando é inventada uma tecnologia, tal como o comércio a vapor, ela não é desinventada, mas tende a se tornar mais viável economicamente em mais países). E, sendo que boa parte dessa inovação tecnológica foge ao controle direto dos Governos.

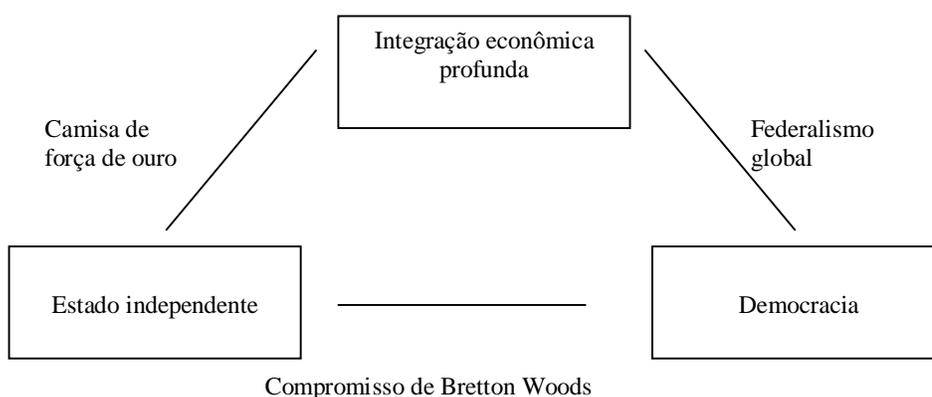
Por outro lado, os governos podem impor tarifas e outros tipos de barreiras ao comércio, restringindo e taxando importações e dificultando o comércio. Na modernidade, uma das mais surpreendentes reversões do processo de globalização ocorreu na Grande Depressão nos anos de 1930, quando os países entraram em recessão e os governos impuseram tarifas objetivando fazer com que os consumidores procurassem produtos nacionais.

Entretanto, neste ambiente, os países e regiões que tem obtido melhores resultados na economia nos últimos anos foram aqueles que conseguiram com maior eficiência dirigir e controlar políticas públicas externas que beneficiassem seus interesses, priorizando seus atores locais no processo de desenvolvimento. Conforme Machado (2003, p.15), “a decisiva capacidade de controles de alguns atores em tal cenário é, portanto, elemento chave para se entender o desenvolvimento desigual, fragmentado e contraditório que se observa hoje nos diferentes locais”.

## 2. Uma perspectiva de abordar a globalização

Uma perspectiva de análise para abordar a globalização é desenvolvida por Rodrik (2002, p.1), naquilo que define como trilema político da economia global (veja a Figura 1), descrevendo que o sistema estado-nação, políticas democráticas e integração econômica total não são compatíveis. Segundo o autor, a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo em que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes) e não se abdicando da autodeterminação que se exprime através dos Estados-nação. E, que não é possível assegurar simultaneamente essas três condições, uma vez que seguir a direção de mercados globais sem governança global é insustentável. Quanto muito, para diferentes situações, assegura-se que ocorram no máximo duas destas condições (ou pólos) do trilema.

Figura 1 – O trilema político da economia mundial



Fonte: elaborado a partir de Rodrik (2002, p.25) e Kishtainy (2013, p.231).

Satisfazer os três pólos ao mesmo tempo, levaria a uma situação extrema que mais pareceria de ficção científica, no que numa exemplificação apresentada por Rodrik (1998, p.1-2), vê-se: numa economia mundial completamente integrada economicamente teríamos uma

situação em que o preço da mão-de-obra seria aferida pelos salários de Shenzhen (China), o preço do dinheiro seria fixado em Wall Street e a fiscalização determinada pelos padrões das ilhas Caimão. Situação que, por mais que sejam poderosas as forças globalizadoras, não parece viável num horizonte temporal de médio prazo (médio prazo no sentido de Keynes, para quem no longo prazo estaremos todos mortos), mostrando-se claramente incompatível com os processos democráticos correntes e com a manutenção de uma ordem mundial baseada em Estados-nação soberanos e independentes.

Importa esclarecer que se a hegemonia ideológica neoliberal pode legitimamente ser considerada como condição necessária para a globalização que conhecemos, não pode ser tida como condição suficiente. Uma vez que outras condições são necessárias e levadas em consideração.

Tal trilema resulta do fato de que uma integração econômica profunda dos mercados, ou mais completa, requer a remoção de variações institucionais entre os países; o que não considera que cada eleitorado nacional quer tipos diferentes de instituição. Por exemplo, comparando com os eleitores dos EUA, os europeus tendem a preferir Estados bastante assistencialistas. Logo, uma “estrutura mundial única” onde as nações não existam, significaria ignorar as preferências do eleitorado de alguns países, o que conflitaria com a democracia, onde os governos ficariam no que o jornalista americano Thomas Friedman chamou de “camisa de força de ouro” – um único eleitorado internacional e dissolução das nações (KISHTAINY, 2013, p.231).

No contexto atual, o mundo se encontra longe da camisa de força de ouro e de um possível federalismo global. Assim como os estados tem buscado se fortalecer, a persistente diversidade institucional entre os países indica que as variadas preferências importam.

Desde a Segunda Guerra Mundial, o trilema de Rodrik tem sido resolvido com o sacrifício da integração profunda. Os mercados têm se aproximado muito ante a diversidade de instituições dos países. Rodrik (2002) chama de compromisso de Bretton Woods às instituições mundiais criadas após a Guerra – Acordo Geral de Tarifas de Comercio (GATT), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – tais como organizações na forma de uma integração controlada que visavam evitar a catastrófica crise vivida nos anos 1930.

Por outro lado, a partir dos anos 1980, com a era da liberalização viu-se o compromisso de Bretton Woods se enfraquecer, sobretudo com a agenda política cada vez mais voltada para uma integração profunda.

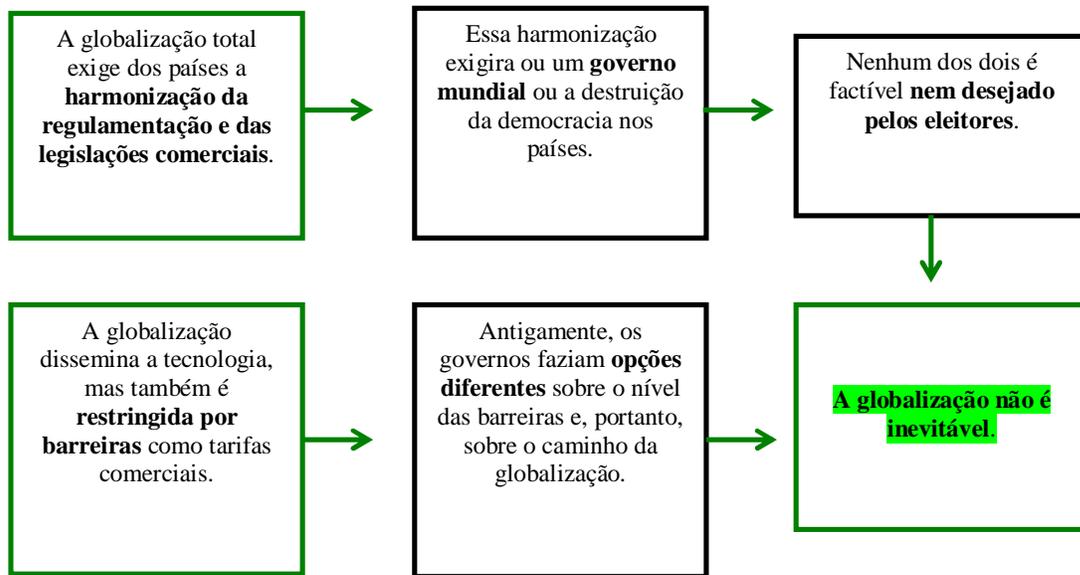
Rodrik (2002), afirma que a diversidade institucional deve ser preservada em detrimento de uma integração profunda.

O desejo dos eleitores europeus de assistencialismo e sistemas públicos de saúde não é apenas econômico, mas sua visão de justiça. A diversidade institucional reflete esses valores diferentes. Na prática, existe mais de um caminho institucional para uma economia saudável. Os requisitos para o crescimento nos países em desenvolvimento atuais podem ser diferentes dos das nações desenvolvidas (KISHTAINY, 2013, p.231).

Pode-se refletir que a imposição de um modelo institucional mundial corre o risco de colocar uma camisa de força nos países, sufocando seus processos de desenvolvimento. E, sendo assim, a globalização pode ter limite, e que talvez possa ser que a fusão completa das economias não seja desejável, nem factível.

Na Figura 2, a partir da perspectiva de abordar a globalização, procura-se refletir acerca da dinâmica do processo de globalização.

Figura 2 – Interpretação alternativa sobre a dinâmica da globalização



Fonte: elaborado a partir de Kishtainy (2013, p.228).

Logo, assim como, considerando-se as colocações apresentadas anteriormente por Rodrik, entende-se que uma integração econômica profunda é inalcançável num contexto em que as nações e a política democrática ainda exerçam um poder considerável.

### 3. Uma progressiva abertura do mundo

Na perspectiva de uma análise da globalização apresentada em Paulet (2009), o contexto inspirador do progresso tecnológico tem dois rostos: de um lado, a aldeia planetária que se unifica; e de outro lado, a difusão, que é muito desigual. Um modelo de mecanização agrícola europeu ou norteamericano desenvolvido para aquela realidade e que, no entanto, é adotado pela agricultura brasileira. A internacionalização dos pacotes tecnológicos, a mecanização, representou uma fase da mundialização (chamada de *mondialisation*, pelos franceses) ou globalização (chamada de *globalisation*, nos países anglófonos), que só fez acentuar os movimentos da população, com a desestabilização dos campos. Situação em que os Estados, com suas políticas, tentam limitar o êxodo, assim como os espaços rurais que sequer possuem potenciais têm poucas chances de serem repovoados. Neste contexto, duas etapas preliminares caracterizam o processo de mundialização: a internacionalização e a transnacionalização.

Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a mundialização desenvolveu-se em diversas fases. A princípio, a internacionalização corresponde à etapa mais antiga deste processo, na qual as empresas se abrem para o exterior desenvolvendo suas exportações. A internacionalização é caracterizada pelo aumento dos fluxos de exportação.

Portanto, o comércio internacional é muito antigo, e o mundo da antiguidade já conhecia muitos intercâmbios. Entretanto, conforme Paulet (2009, p.12), foi na segunda metade do século XIX que se produziu a verdadeira internacionalização do comércio, quando a Inglaterra ao adotar o livre-comércio entre 1848 e 1875, está na origem dessa diversificação geográfica dos mercados.

Já, a transnacionalização, caracteriza-se pelo aumento dos investimentos e das implantações no exterior. Sobretudo depois da 2ª Guerra Mundial, a transnacionalização correspondeu a uma segunda etapa do processo, caracterizada pelo incremento dos investimentos diretos no exterior (as deslocalizações). Por exemplo, em 1950, estes investimentos limitavam-se aos setores agrícolas e de mineração, ou seja, as matérias-primas. E, a partir de 1960, é a indústria que atrai grande parte dos investimentos: as empresas se tornam, então, transnacionais ao atravessar as fronteiras graças à liberação dos intercâmbios e dos fluxos de capitais. E, à internacionalização dos mercados adiciona-se assim um fator maior: a partir da década de 1960, os países industriais mandam fabricar no exterior uma parte cada vez maior de sua produção.

As últimas décadas do século XX ofereceram um contraste marcante em relação aos períodos anteriores. A palavra mundialização surgiu em 1964, mas não com o significado

atual, pois via-se a época da oposição Leste-Oeste. Os termos mundialização e globalização designavam apenas territórios que se abriam para o comércio internacional.

Em 1989, a destruição do muro de Berlim marcou o início da desagregação de toda a organização geopolítica, econômica e social dos países do Leste Europeu e da URSS, que deixou de existir em 1991, onde o fato importante é a passagem de todos estes Estados para a economia de mercado. O fim da bipolaridade do planeta.

Sendo assim, a terceira fase da mundialização sucede, portanto, à internacionalização e à transnacionalização. Esta etapa tem causas complexas, e as representações mentais dos habitantes da maioria dos países mal assimilam a amplitude das transformações e, em particular, das relações internacionais.

Seja como for, a abertura dos mercados se torna realidade. Depois da queda do muro de Berlim, foi, sobretudo, a tecnologia que criou uma revolução das relações internacionais: seria ela o fundamento do poder geopolítico e geoeconômico?!

A terceira fase desta transformação é, então na sua origem, chamada em francês de *mondialisation* (mundialização) e de *globalisation* (globalização) nos países anglófonos. Em tais condições, como diferenciar essas duas palavras, levando em consideração as ideologias que interpretam os fenômenos?

Embora seja difícil construir uma explicação simples, é possível dizer que a mundialização é o crescimento da interdependência dos países e dos habitantes, fazendo desaparecer as fronteiras. Tal integração é simultaneamente econômica, social e cultural: o planeta seria como uma aldeia única (aldeia global) (SOUSA, CURVELLO e RUSSI, 2012).

Na década de 1970, a escola neoliberal americana, sob o governo Ronald Reagan, explicava que os produtos estavam dentro deste “sistema-mundo” e que qualquer intervencionismo das organizações e das nações era inútil.

Nestas condições compreende-se a ampliação do debate. A globalização designaria, sobretudo, a mundialização econômica, ou seja, os mercados de bens, de serviços, de trabalho e de capitais em escala, de todo o planeta. A liberdade no coração do sistema.

A mundialização repousa, antes de tudo, sobre uma ideologia dominante e sobre uma concepção unitária do mundo: o espaço geográfico não teria rupturas nem barreiras. Ou, na mente da maioria dos observadores, a mundialização está associada à noção de livre comércio, de capitalismo e de liberalismo.

Logo, o enfoque globalizador encontra sustento em um conjunto de perspectivas acadêmicas e de instituições internacionais que sentenciam a diluição dos espaços nacionais e seus respectivos Estados-Nação ante o avanço do processo de globalização. O quadro de

interpretação geral sobre o qual se elaboram os enfoques se sustenta na existência de um processo de globalização que relativiza os espaços nacionais a partir do crescimento nos fluxos de comércio, bens e serviços e a internacionalização da produção através de redes que operam globalmente, assim como o destacado processo de integração e expansão dos mercados financeiros.

Agora, frente a este contundente (e hegemônico) planejamento, tem surgido uma corrente de aportes acadêmicos (e de agências internacionais) que tem reafirmado o papel estratégico (e inclusive determinante) que cumpre os espaços (regionais) nacionais, no sentido de preservação das especificidades nacionais na configuração das variedades de capitalismo (RODRIK, 1998).

#### **4. Uma breve discussão sobre o conceito de região**

O estado nacional vem sofrendo profunda redução de sua capacidade de regulação, em decorrência da ampliação do poder supranacional. Por outro lado, o surgimento de novas formas de organização econômica e política requerem cuidadosa análise do papel que lhes cabe nesse novo cenário mundial.

Os debates mais antigos voltaram-se para um regionalismo relacionado à junção de países para formar grandes blocos econômicos, como a União Europeia, NAFTA e o MERCOSUL, basicamente, enfocando as questões econômicas que associadas aos acordos de livre comércio e de integração econômica.

Como a partir dos anos 90, o debate vem se ampliando, com a inclusão do regionalismo no contexto das transformações do sistema político internacional e nacional, passou-se a falar num “novo regionalismo” que assume novos tipos, formatos e objetivos e incorpora todas as áreas de cooperação e de alcance global.

Por ser novo, esse novo regionalismo carece de fundamentação conceitual, o que muito preliminarmente é aqui sugerido, ao se dar importância ao significado do novo regionalismo no contexto da globalização.

A questão regional ganhou bastante importância com o surgimento do estado moderno. Na Europa, a questão da centralização e da uniformização administrativa e suas relações com a diversidade espacial, física, cultural, econômica e política foi responsável por novas discussões em torno de conceitos como o de nação, estado, autonomia territorial e região. Também foi neste contexto histórico que despontou a Geografia como disciplina independente, tendo a região como um de seus conceitos básicos. Como a noção de

modernidade conduzia à dissolução dos lugares, ao afrouxamento dos laços entre as pessoas e ao enfraquecimento da idéia de comunidade, o discurso regional tornou-se muito importante para a constituição da unidade nacional (GIL, 2002, p.63).

Conforme descreve Gil (2002, p.65), nas últimas décadas do século XX, acentuou-se o debate acerca do regionalismo e novas concepções foram acrescentadas. Em artigo datado de 1988, intitulado *The new regional geography in English and French-speaking countries*, Anne Gilbert estabelece a distinção entre três abordagens sobre o conceito de região na “nova geografia regional”. A primeira das abordagens entende a região como a organização espacial dos processos sociais associados ao modo de produção capitalista com um modo específico de produção e que concentra numa base política. Tal aceção tem sido comum entre geógrafos que adotam um ponto de vista marxista e que enfatizam a regionalização da divisão social do trabalho, do processo de acumulação capitalista, da reprodução da força-de-trabalho e dos processos políticos e ideológicos.

No entendimento da segunda aceção, a região como um cenário para interação social, o qual desempenha um papel fundamental na produção e reprodução de relações sociais. Tal abordagem emerge do fato de o espaço, suas dimensões simbólicas e ideológicas e suas bases materiais serem construtos sociais e culturais. O espaço, tal como os padrões sociais, vinculam-se estreitamente com os processos sociais, culturais e naturais, mas não pode ser entendido como um poder causal capaz de determinar processos sociais. O social e o espacial são entendidos como constituintes e produtos ao mesmo tempo (GIL, 2002, p.65).

A terceira aceção enfatiza a cultura como o primeiro ponto de partida, concentrando-se em problemas como identificação regional e identidades regionais. A região é entendida primariamente como um conjunto de relações entre um grupo específico e um lugar particular, como uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo (GIL, 2002, p.65).

Os impactos do processo de globalização e da revolução tecno-científica tem exigido mudanças contextuais e estruturais em torno do conceito de região. Logo, a região deve ser entendida como uma estrutura flexível, cujos limites não são necessariamente fixados em termos geográficos ou jurisdicionais, mas em função de múltiplos aspectos, tais como: vinculação de atividades produtivas, articulações sociais, fatores produtivos predominantes, empreendimentos comuns e problemáticas concretas. Estas problemáticas, que podem se referir a demandas sociais, desafios competitivos, negociações com outras instâncias estatais e a fuga de fatores regionais de produção constituem atualmente o mais importante aspecto considerado pelo chamado novo regionalismo (GIL, 2002, p.65).

Geógrafos e cientistas sociais, inicialmente na Europa e depois na América, dedicaram-se ao estudo de um novo regionalismo, o qual foi definido por Scott (1997), como o mais importante motor da construção da vida econômica mundial onde, conforme esses estudiosos, uma nova *polis* pode emergir das novas realidades econômicas, culturais e sociais, por meio do casamento de novas urbanidades com velhas cidades renovadas e reabilitadas. Sendo que, desde fim dos anos 1980 a maioria dos estudos em torno do regionalismo, tem tratado, sobretudo, sobre questões econômicas associadas aos acordos de livre comércio e integração econômica.

Justificável, já que a formação de blocos regionais os quais dão origem a comunidades econômicas, tais como o Mercado Comum Europeu, o NAFTA e o MERCOSUL constituem o lado mais evidente deste novo regionalismo. Esse novo regionalismo, também se manifesta em decorrência da ação de mecanismos micro-regionais e meso-regionais. E, de maneira bastante especial em relação às cidades-região globais, definidas por Scott como as grandes áreas metropolitanas com mais de um milhão de habitantes que estão conectadas aos processos de transformação econômica e social que vêm ocorrendo em escala mundial (GIL, 2002, p.66).

Conforme Becker (2002) em seus estudos, tanto na prática política quanto nas análises e considerações teóricas, não há consenso e nem condições de proximidade de um conceito ou noção unificada sobre o novo regionalismo. Entretanto, é evidente que cada vez mais as regiões são levadas a concorrerem entre si na busca de condições favoráveis e de atração para localização de investimentos produtivos em seu território. Conseqüentemente, parece necessário mobilizar e articular os agentes regionais do desenvolvimento, considerando sua participação crescente e direta no processo de desenvolvimento contemporâneo.

## **5. A participação social, a governança e o desenvolvimento (regional)**

Logo, refletir sobre globalização e políticas públicas no âmbito de um processo de desenvolvimento nos remete às práticas participativas da sociedade civil *vis-a-vis* a problemática e as políticas de promoção do desenvolvimento. Conforme Bandeira (1999), a participação da sociedade civil guarda especificidades em âmbito tanto territorial quanto temático.

Em âmbito territorial, tais práticas participativas referem-se a espaços sub-regionais, ou seja, espaços intermediários entre o estado e o município, em que não se encontram instâncias político-administrativas correspondentes. Em âmbito temático, buscam promover não a implementação de ações específicas ou setorialmente bem delimitadas, mas, ao contrário, a articulação social em caráter permanente, visando

influenciar o processo de tomada de decisões públicas que se refiram ao desenvolvimento regional (BANDEIRA, 1999, p.4).

Nos últimos anos, as principais instituições internacionais de promoção e financiamento do desenvolvimento – Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), United Nations Development Programme (UNDP) – têm incorporado práticas participativas às suas rotinas operacionais. No Brasil, cada vez mais é aceita a idéia de que é necessário criar mecanismos que possibilitem participação mais efetiva e direta da comunidade na formulação, no detalhamento e na implementação das políticas públicas. Enfoque que, em parte, é fruto do processo de democratização do país, e por outro lado, se deve a uma nova abordagem que tem predominado no contexto internacional.

Para Bandeira (1999, p.7), o estabelecimento de mecanismos sólidos de participação nesse nível geográfico exige esforço prévio de construção institucional que leve ao surgimento e à consolidação de organizações que se dediquem em caráter permanente a conscientizar a comunidade sobre a natureza dos problemas regionais, buscando, simultaneamente, envolvê-la na formulação e na implementação de ações voltadas para a superação desses problemas.

Aí, surge espaço para ressuscitar a região, não somente econômica mais socialmente construída, onde o sistema capitalista recupera (ou quem sabe, se apropria) o espaço para o diferente, o diverso, o plural, o heterogêneo, numa construção que onde diversificar, diferenciar e pluralizar transformaram-se em pressupostos e objetivos viabilizadores de inserções diferenciadas e diferenciadoras, logo, alternativas das múltiplas regiões no processo de desenvolvimento global. Onde as histórias locais, as tradições, os desejos e fantasias localizados, possuem espaço para colocar em concorrência as múltiplas regiões. Ou, lembrando Gil (2002, p.65) onde região pode ser entendida como um cenário para interação social, o qual desempenha um papel fundamental na produção e reprodução das relações sociais. Abordagem que emerge do fato de o espaço, suas dimensões simbólicas e ideológicas e suas bases materiais serem construtos sociais e culturais (ao que muitos autores enfatizam ao desenvolver interpretações sobre capital social).

### **Considerações finais**

Logo, se para Rodrik (2002), a globalização é uma alternativa de melhoria do padrão de vida, ao mesmo tempo em que a democracia garante que as decisões políticas possam ser tomadas pelos que são diretamente afetados por elas (ou pelos seus representantes) e não se

abdicando da autodeterminação que se exprime através dos Estados-nação. E, seja, o entendimento de que na gênese do processo de globalização interessante ao capital financeiro internacional estão as decisões políticas. Também, é interessante observar que importa nessa gênese um processo que ao longo dos anos leva à indispensabilidade da intervenção do Estado na economia, ao estilo keynesiano. Ainda, considerando os enfoques que sustentam a existência de um processo de globalização que relativiza os espaços nacionais a partir do crescimento nos fluxos de comércio, bens e serviços e a internacionalização da produção através de redes que operam globalmente, caracterizando-se num destacado processo de integração e expansão dos mercados financeiros.

Frente a este contundente (e hegemônico) planejamento, tem surgido uma corrente de aportes acadêmicos (e de agencias internacionais) que tem reafirmado o papel estratégico (e inclusive determinante) que cumpre os espaços (regionais) nacionais, no sentido de preservação das especificidades nacionais na configuração das variedades de capitalismo (RODRIK, 1998). Observando-se uma renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas regionais. O regional, o desenvolvimento regional passa a incorporar a articulação de agentes oriundos dos mais variados segmentos da sociedade civil. O regional remetendo à compreensão de busca de autonomia, sobretudo, porque requer considerar aspectos relacionados às demandas sociais, desafios, negociação com instâncias governamentais em busca de um espaço (mercado) a partir de políticas públicas.

Como aponta Becker (2002, p.35), fica-se surpreso quando alguns autores afirmam que é em função de seu histórico de valores culturais acumulados regionalmente, ou do “capital social” existente, que algumas regiões conseguem responder positiva e ativamente aos desafios regionais da globalização contemporânea construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Para tanto tais regiões, conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. Ao combinarem eficientemente o desenvolvimento de suas potencialidades locais com o aproveitamento eficaz das oportunidades globais oferecidas pelo processo de desenvolvimento contemporâneo, constituindo uma dinâmica própria regional. Algo que só é possível, abrindo caminho para a crescente participação social no processo de decisão e construção regional e garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global do desenvolvimento contemporâneo.

Assim, distintos processos de desenvolvimento regional passam a depender diretamente das diferentes dinâmicas de envolvimento social das comunidades. O que remete às considerações de Becker (2002, p.36 e p.40),

“... uma antiga tese de que o desenvolvimento não é a causa, mas a consequência da democracia (TOURAINÉ, 1996) e esta, por sua vez, é resultado da organização social. Em consequência, e conforme afirma Bobbio (1991), uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, ao que emenda de imediato Touraine, uma sociedade mais democrática é uma sociedade muito mais desenvolvida” (BECKER, 2002, p.40).

Portanto, hipoteticamente, “as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. E uma crescente organização social equivale diretamente a um melhor envolvimento político nas decisões e definições dos rumos do desenvolvimento regional. Da mesma forma, uma melhor participação política leva, conseqüentemente, a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais” (BECKER, 2002, p.40).

Bandeira (1999), afirma que:

Apesar da crescente atenção que vem sendo dada ao conceito capital social, é inevitável registrar que ainda é incipiente o reconhecimento da sua relevância para o campo das políticas públicas, especialmente por parte dos responsáveis pela formulação e implementação dessas políticas (BANDEIRA, 1999, 21-22).

Entretanto, empiricamente, e conforme varias pesquisas e estudos de caso, sobretudo, considerando Bandeira (1999, p.20), identifica-se que entre os recursos existentes em uma determinada região, o chamado capital social, ou seja, aqueles traços culturais característicos de uma comunidade e que contribuem para fazer que seus membros se tornem propensos a colaborar na solução de problemas de interesse social, tem sido diferenciais, sobretudo, quando a importância da mobilização do capital social – a interação das pessoas em torno de facilitar a troca de informações, quer seja para tomada de decisões, quer seja facilitando maior possibilidade sucesso no desenvolvimento de ações coordenadas, por parte da sociedade e das instituições públicas – é responsável pelo envolvimento da sociedade na busca de instancias de manifestação, intervenção, discussão ou reivindicação.

### **Referências bibliográficas:**

BANDEIRA , Pedro Silveira. Participação, articulação de atores e desenvolvimento regional. **IPEA**. Textos para discussão, n. 630, fev.1999.

BECKER, Dizimar Fermiano. A economia política do (des)envolvimento regional. **Redes**. v.7, n.3. p.35-59, set./dez.2002.

Bobbio, Norberto. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.1).

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Oeiras: Celta Editora, 1992.

GIL, Antonio Carlos. Redes cooperativas regionais e governança. **Redes**. v.7, n.3. p.61-84, set./dez.2002.

GILBERT, Anne. The new regional geography in English and French-speaking countries. **Progress in Human Geography**. v.12, n.2, 1988

KISHTAINY , Niall (Editor). **O livro da economia**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Globo, 2013. Título original: The Economics Books. New York: Dorling Kindersley Limited, 2012.

MACHADO, Jorge Alberto. **La Globalização (des)Controlada**: crisis globales, desajustes econômicos e impactos locais. São Paulo: Tendenz, 2003. 300p.

MOREIRA, Manuel Belo. Globalização econômica: gênese e reflexões prospectivas. In: RIELLA, Alberto (Org.). **Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos**. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

PAULET, Jean-Pierre. **A mundialização**. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

RIELLA, Alberto (Org.). **Globalizacion, Desarrollo y Territorios Menos Favorecidos**. Montevideo: Rosgal S.A., 2006.

RODRIK, Dani. **Feasible globalizations**. Harvard University, 2002. Disponível em: <<<http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/Feasglob.pdf>>>. Acesso em 20 out. 2009.

RODRIK, Dani. Symposium on Globalization in Perspective: an Introduction . **The Journal of Economic Perspectives**. v.12, n.4. p.3-8. Autumn, 1998.

SCOTT, Allen. **The limits of globalization**: cases and arguments. Londres: Routledge, 1997.

SOUSA, Janara; CURVELLO, João José; RUSSI, Pedro (Orgs.). **100 anos de McLuhan**. Brasília/DF: Casa das Musas, 2012.

SZTOMPKA, Piotr. **Sociologia del Cambio Social**. Madrid: Alianza, 1995.

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **America and the World**: The Twin Towers as Metaphor. Charles R. Lawrence II Memorial Lecture. Brooklyn College, Dec.5, 2001. Disponível em: <[http://essays.ssrc.org/sept11/essays/wallerstein\\_text\\_only.htm](http://essays.ssrc.org/sept11/essays/wallerstein_text_only.htm)>. Acesso em 18 fev. 2012.